



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2º	PUBLICADO NO D.O.U.
C	Do 13/08/1997
C	stolutino
	Rubrica

274

Processo : 13854.000668/96-46

Sessão : 14 de maio de 1997

Acórdão : 203-03.057

Recurso : 100.204

Recorrente : AGRO PASTORIL PASCHOAL CAMPANELLI S/A

Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto - SP

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - NULIDADES - Nula é a decisão que deixa de apreciar os argumentos da impugnação. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA - Decreto nº 70.235/72, art. 59, inciso II. **Processo que se anula a partir da decisão recorrida, inclusive.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por AGRO PASTORIL PASCHOAL CAMPANELLI S/A.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em anular o processo a partir da decisão de primeira instância, inclusive.** Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues e Daniel Corrêa Homem de Carvalho.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1997

Otacílio Dutra Cartaxo
Presidente

Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Francisco Sérgio Nalini, Mauro Wasilewski, Renato Scalco Isquierdo, Henrique Pinheiro Torres (Suplente), Sebastião Borges Taquary e Roberto Velloso (Suplente).

/OVRS/CF-GB/



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13854.000668/96-46

Acórdão : 203-03.057

Recurso : 100.204

Recorrente : AGRO PASTORIL PASCHOAL CAMPANELLI S/A

RELATÓRIO

I - DO FATO E DAS RAZÕES NA IMPUGNAÇÃO E NO RECURSO

Trata o presente processo de Notificação de Lançamento de fls. 20 relativa ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e Contribuições, referentes ao exercício de 1994, com vencimento para 22.05.1995 exarada contra a Contribuinte acima identificada que submeteu a SRL (fls. 19) em 30.06.1995, para abolir a aplicação da incidência da base de cálculo do VTN no lançamento da Contribuição para a CNA. Isto porque, “equivocadamente”, deixou de registrar, na Declaração de Informações do ITR-94, a parcela do Capital Social.

Quanto a Contribuição para a CNA, alega que a base de cálculo deve fundar-se no comando do art. 580, inciso III da CLT, que determina:

“Art. 580. A contribuição sindical será recolhida, de uma só vez, anualmente, e consistirá:

.....
III - para os empregadores, numa importância proporcional ao capital social da firma ou empresa, registrado nas respectivas Juntas Comerciais ou órgãos equivalentes, mediante a aplicação de alíquotas conforme a seguinte tabela progressiva...”.

Fundada nisto, diz que o valor da imposição para a CNA não deveria exceder a 442,29 UFIRs, para todo o conjunto de suas empresas rurais e nunca 5.043,66 UFIRs apenas para uma delas, como constante da Notificação. Para tanto, anexou publicação de balanço social do exercício de 1993 (fls. 10), sem constar o periódico que a divulgou, onde declara ser o Capital



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13854.000668/96-46

Acórdão : 203-03.057

Social total no valor de CR\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros reais) que, transformado pela UFIR do dia 01.01.94, seria equivalente a 399.424,83 UFIRs e, sobre esse montante, se aplicada a Tabela para Cálculo da Contribuição Sindical Rural de Empregadores, também anexada (fls. 11), traria como resultante um valor nunca superior às já mencionadas 442,29 UFIRs.

Afirma (fls.05), na fase de primeira instância, que todos os demais imóveis de sua propriedade, em número de 14, cujos demonstrativos de cálculo da CNA vão às fls. 06/07, correspondentes às filiais constituídas segundo previsão estatutária, “ser imperioso” que todas recebam tratamento tributário idêntico, por se tratar de Empresas Rurais com Capital Social atribuído. Apenas seis, e mais a deste Recurso, estão incluídas entre os processos para mim distribuídos.

A Autoridade Singular julgou incabível a impugnação da Contribuição para o SENAR porque não exigida no lançamento e indeferiu o pedido de alteração do lançamento para a Confederação Nacional da Agricultura - CNA, por inaceitar a SRL para alterar Informações constantes da DITR/94 (fls. 23), em face do que preceitua o art. 147, § 1º, do CTN.

Tendo a decisão de primeira instância repelido a retificação da declaração após o lançamento, comprovou a Recorrente o pagamento do ITR/94 às fls.43 e argüiu a necessidade em adotar-se o “método sistemático” do texto legal, para interpretar o contido no art. 147, § 1º, do CTN, mencionando as luzes do Dr. Paulo de Barros Carvalho (fls. 38/39) *in Curso de Direito Tributário*, Editora Saraiva, São Paulo, 1995, pgs. 74/76; estribou-se também no voto do Ministro Carlos Mário Velloso (fls. 40), na Apelação Cível nº 58.079-RS, quanto ao aspecto declaratório do lançamento insculpido no dispositivo do CTN, enfatizando a necessidade de interpretação cuidadosa sob “pena de serem aplicados maus tratos no princípio constitucional da legalidade tributária” e, finalmente, amparou-se no também mestre José Souto Maior Borges (fls. 40/41), onde se constata a contrariedade do autor na limitação da retificação de declaração fiscal no tempo, e, em trechos mais densos, reverbera:

“Com efeito, não se poderia atribuir ao dispositivo em análise um efeito preclusivo absoluto, no sentido de que o débito tributário lançado e notificado prevaleceria, em qualquer hipótese, independentemente de sua conformação ou não com o conteúdo atribuído pela lei tributária ao lançamento. (...) E essa preclusão se torna viável, sem agressão ao sistema normativo, porque, após a notificação do lançamento não mais caberá falar-se em retificação na declaração, mas sim de reclamação ou recurso, de sua vez, formas qualificadas de exercícios do direito de petição.” (grifei)



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE^S

Processo : 13854.000668/96-46

Acórdão : 203-03.057

Às fls. 47/49, o ilustre Procurador da Fazenda Nacional ofereceu suas contrarrazões ao recurso, concluindo por inexistirem argumentos para reforma do que foi decidido.

É o relatório.

A handwritten signature is present at the bottom left of the page, consisting of a stylized, cursive script.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13854.000668/96-46

Acórdão : 203-03.057

278

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR FRANCISCO MAURÍCIO R. DE A. SILVA

O Recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

A decisão *a quo* funda-se na tese de que o parágrafo primeiro do artigo 147 do CTN veda, após notificado o contribuinte do lançamento, o direito de questioná-lo em função de erro no preenchimento da Declaração Anual de Informações que serviu de base para a exigência fiscal.

Estabelece o parágrafo primeiro do artigo 147 do Código Tributário Nacional, *verbis*:

"ART. 147.....

§ 1º - A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento."

Portanto, incabível falar-se em retificação após notificado o sujeito passivo, entretanto, quando o mesmo se insurgir contra o lançamento já efetuado e notificado, só lhe resta a impugnação do feito, recorrendo ao Processo Administrativo Fiscal. Aliás, a própria notificação convoca o contribuinte a pagar **ou impugnar** a exigência tributária nos termos do Decreto nº 70.235/72.

Do mesmo modo, e não poderia ser de outro, é o entendimento da Administração Tributária expresso pela Coordenação do Sistema de Tributação através da Orientação Normativa Interna nº 15/76 em situação análoga:

"Cabe impugnação contra o lançamento efetuado a maior por erro cometido pelo contribuinte ao prestar a declaração de rendimentos, inobstante vedada a retificação propriamente dita desta última."

Dessa forma, foi equivocada a interpretação do artigo 147, parágrafo primeiro, do CTN, dada pelo julgador singular, no caso presente, que implicou na preterição do direito de defesa da Recorrente.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13854.000668/96-46

Acórdão : 203-03.057

Isto posto, considerando o princípio do duplo grau de jurisdição, voto no sentido de que seja anulada a decisão de primeira instância para que outra seja proferida com apreciação dos argumentos e provas apresentadas nos autos pela Recorrente com base no art. 59, inciso II, parágrafo 2º, do Decreto nº 70.235/72.,

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1997

FRANCISCO MAURÍCIO R. DE A. SILVA